

Módulo 1: Relações Intersectoriais Público- Privado

Carlos Águedo Paiva

Cascavel

12 de Agosto de 2015

Os Cinco Temas do Dia

- O papel da Gestão Pública no Desenvolvimento;
- Integração territorial;
- Cooperação técnica descentralizada;
- Alianças e parcerias público-privada;
- Governança territorial (consórcios municipais, conselhos gestores, dentre outros).

O papel da Gestão Pública no Desenvolvimento

- Hirschman e a centralidade da Gestão e do Planejamento na América Latina.
- Para Hirschman, a Gestão não se consolida porque ela esbarra na incapacidade da sociedade civil e política latino-americanas de conviverem com a hierarquização de prioridades.
- A mera ideia de que algo – seja um grupo social (os mais pobres, por oposição aos remediados,) seja um tema (a educação, por oposição à saúde) – possa ser objeto de priorização explícita já parece um contrassenso na lógica igualitário-oportunista da cultura latino-americana.

Critérios Científicos de Priorização e Foco de Investimentos Públicos e Privados

- O Princípio de Goldratt: a Priorização do Gargalo (texto fundamental: A Meta)
- O Princípio de Penrose: a Priorização do Anti-Gargalo (A Teoria do Crescimento da Firma, livro fundante da linha *Resource Based View*.)
- O Princípio de North: Priorização das Cadeias Propulsivas e, por extensão, dos Gargalos e dos Anti-Gargalos simultaneamente (textos fundamentais: vide www.territoriopaiva.com - Referências Teóricas).

Douglas North e a Teoria do Desenvolvimento Regional de Base de Exportação

- Há dois tipos de Renda Monetária auferida num território: 1) a básica, que ingressa no mesmo pela primeira vez; e 2) a secundária, que é derivada de dispêndios associados ao usufruto da renda básica.
- A renda básica advém das exportações, das transferências governamentais, dos investimentos exógenos e do Turismo.
- A renda secundária ou multiplicada advém da circulação interna.
- Vamos explorar melhor estas duas questões à tarde. Mas, por enquanto, precisamos fazer um “break”, para tratar de uma outra dimensão do nosso tema.

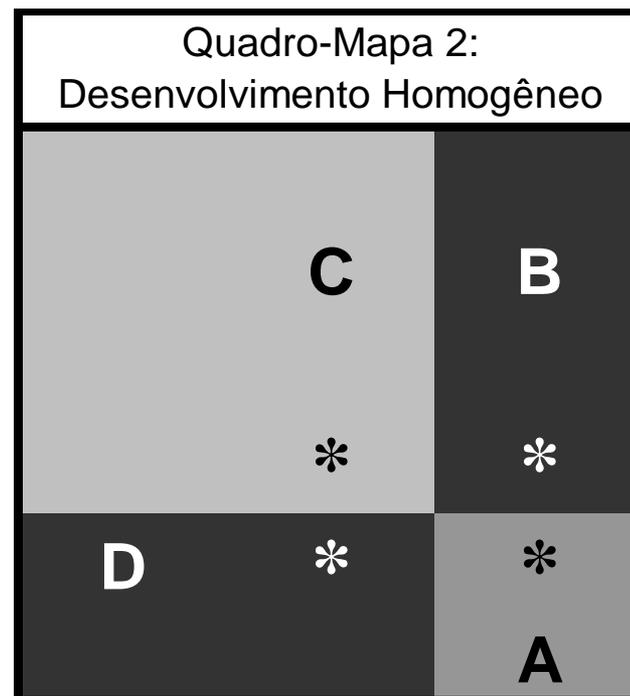
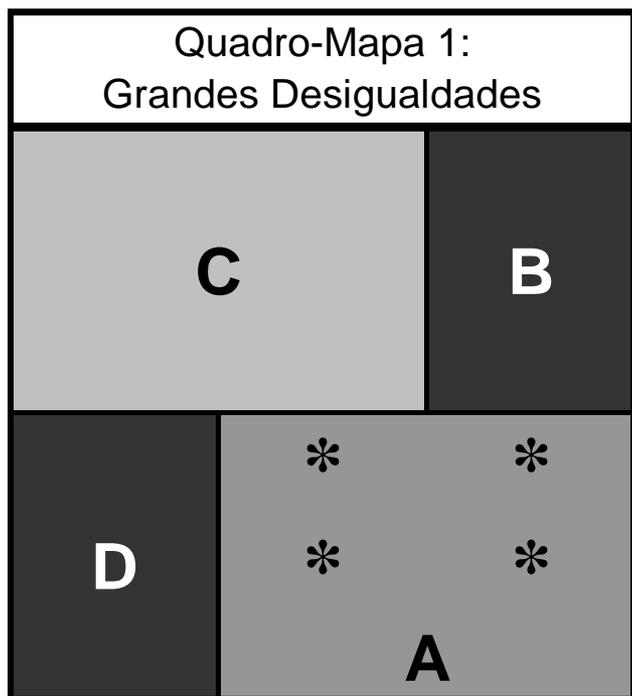
Integração Territorial

- Integração territorial implica integração de partes. Que partes? Municípios
- Isto ou aquilo é atribuição do Município. Aquilo outro é atribuição do Estado. E aquilo outro é atribuição da Federação. Ok?
- Ok?
- Mas quem definiu que “isto” seria um município?
- Porque isto, hoje, é um município? Isto é uma unidade? É uma região?

O QUE É UMA REGIÃO?

- O que é uma região **econômica**? Vamos começar com a idéia de região em geral.
- Existe “a” região? Existem “regiões”?
- Ou só existem “divisões regionais arbitrárias”?
- **Vamos exercitar a maiêutica.**
- Vamos nos dar o direito de chutar, errar, acertar, errar de novo e aprender.
- Mas, antes, vamos apenas observar o impacto da divisão regional sobre a (aparência) de concentração espacial (regional) da distribuição dos equipamentos e serviços urbanos de atendimento à população representados na próxima lâmina.

As conclusões equívocas a que distintas divisões regionais podem induzir: um caso de distribuição homogênea ou heterogênea dos equipamentos urbanos entre as regiões



A regionalização não é independente dos objetivos de quem regionaliza

- Qual a regionalização mais adequada para o desenvolvimento e aplicação de programas de defesa do meio-ambiente?
- Qual a regionalização mais adequada para a implantação de políticas educacionais?
- Qual a regionalização mais adequada para a gestão da segurança?
- E para a gestão do desenvolvimento econômico?

A melhor regionalização

- Não sabemos responder a todas estas perguntas. Temos hipóteses. O que é bom. Mas perigoso. Não devemos nos apegar demais a hipóteses, ou elas viram preconceito.
- Por enquanto temos de ficar com duas idéias:
- 1) não existe uma única regionalização “adequada” de um território
- 2) a regionalização mais adequada a um objetivo depende de conhecimentos específicos sobre o objeto-objetivo.
- Ao longo do curso vamos tentar enfrentar as carências de conhecimentos no plano do objeto-objetivo da regionalização para o desenvolvimento econômico.
- Mas já temos que tratar, hoje, de uma diferença crucial. Talvez a mais crucial de todas: região x nação.

Região X Nação

- Uma região econômica necessariamente deve ser uma parte de uma nação ou será que podemos falar da “região Mercosul”, por exemplo?
- E o que é mesmo uma nação? A União Européia é uma nação? A Escócia é uma nação?
- Mais uma vez, há tantas definições de “nação” quanto os objetivos do “nacionalizador”. Mas há uma definição bem simples e bem clara de nação em Economia.
- Esta não é “a” definição verdadeira. Mas é a que nos interessa, a que é útil para análises econômicas. Para entendê-la é preciso um pouquinho de matemática.

Vantagens Relativas e a Definição Econômica de Nação e Região

Valores e Preços da Carne e do Café no Brasil e na Argentina

Bens	Brasil		Argentina	
	Custo em Tr	Preço	Custo em Tr	Preço
Carne	15 horas	15 Reais	20 horas	2 Pesos
Café	10 horas	10 Reais	40 horas	4 Pesos

Região X Nação

- Se a Argentina fosse uma região do Brasil, sua economia estaria fadada ao fracasso.
- O mesmo ocorreria se – a despeito de serem dois países – o câmbio fosse tal que $10 \text{ reais} = 1 \text{ peso}$. Neste caso, a carne brasileira custaria 1,5 pesos argentinos, e o café brasileiro apenas 1 peso.
- Mas se a taxa de câmbio fosse esta, a demanda brasileira por pesos seria nula e a oferta argentina de reais se esgotaria, impondo a apreciação desta última moeda.
- Se o câmbio se estabilizasse em $5 \text{ reais} = 1 \text{ peso}$, a Argentina passaria a vender carne a 10 reais e o Brasil venderia café ao preço de 2 pesos.
- E como ficaria o Rio Grande do Sul, que não produz café, neste novo (des)arranjo? Lutando entre a sedição Farroupilha, o ultra-federalismo castilho-borgista e o controle diferenciado de câmbio de Getúlio Vargas.

O caso do Euro

- Em termos estritamente econômicos, a unidade nacional é definida pela prevalência das vantagens absolutas sobre as relativas. Sem uma moeda única, também pode haver convergência nacional. Mas quando não há defesa cambial, a unidade se torna maior
- Em termos estritamente **políticos**, a União Européia ainda **não** é uma nação.
- Mas em termos econômicos, já o é. Pois já opera com uma moeda única, O EURO! De sorte que os países do Mediterrâneo **não podem** (ao contrário da Argentina, em nosso exemplo acima; e tal como o Rio Grande do Sul) desvalorizar suas moedas (pois já não as têm, sejam elas dracma, lira, peseta ou escudo) frente ao onipresente Euro

Uma região econômica: definição

- É uma determinada parte de uma **nação** (entendida como um território maior, portador de uma unidade monetária e tributária) que se caracteriza por participar da divisão nacional do trabalho explorando suas vantagens **absolutas** em um conjunto relativamente limitado de **cadeias produtivas propulsivas** de elevada solidariedade interna.

Integração Territorial Objetiva

- É a realização de atividades e/ou projetos e/ou programas e/ou do planejamento estratégico do desenvolvimento de regiões econômicas em parceria com representantes de distintas unidades políticas que conformam uma região econômica objetiva.
- A integração territorial objetiva se realiza através da mobilização dos agentes políticos e econômicos das regiões “reais” em prol da materialização de projetos coletivos.

Cooperação Técnica Descentralizada e Parcerias Público-Privada

- A base da Integração Territorial Objetiva é a Cooperação Técnica Descentralizada e a efetivação de Parceria Pública Privada (PPP). Estas últimas são irreduzíveis às parcerias para construção e/ou gestão de equipamentos logísticos. Muito mais importantes são as parcerias instituídas de forma permanente com vistas a co-ordenar os programas, planos e ações voltados à implementação de um determinado plano de desenvolvimento regional.

O Plano de Desenvolvimento Regional

- O Plano de Desenvolvimento Regional deve ter por base um diagnóstico **técnico** (sempre e necessariamente, discutido e sancionado democraticamente).
- O Oeste em Desenvolvimento, por exemplo, tem por base o relatório que se encontra disponível (entre outros sites) em
- http://www.territoriopaiva.com/ler/3/40/228/2013_-_programa_oeste_em_desenvolvimento).
- Mas uma vez que sua base técnica e política está dada e consensuada, o desenvolvimento do programa solicita redes de Cooperação Técnica Descentralizada.

As 4 Redes Básicas de Cooperação Técnica Descentralizada (1)

- 1) Rede de construção do SRI (Sistema Regional de Inovação): composto pelos principais fornecedores (parques tecnológicos e universidades) e usuários (empresas, cooperativas, etc.; em especial, aqueles situados nas cadeias propulsivas) de inovação tecnológica;
- 2) Rede de construção do SSCP (Sistema de Solidarização das Cadeias Propulsivas), voltado à construção de um sistema de mediação de conflitos que impeça “jogar para o consumidor externo” quaisquer ônus e custos.

As 4 Redes Básicas de Cooperação Técnica Descentralizada (2)

- 3) Rede de representantes da Sociedade Civil Organizada em sentido mais amplo e geral, envolvendo o conjunto dos setores e cadeias produtivas **NÃO** diretamente privilegiadas no programa econômico de desenvolvimento (as cadeias e atividades reflexas. No caso do Oeste em desenvolvimento, representadas na CACIOPAR). A este grupo cabe um papel estratégico na **DIREÇÃO DO PROGRAMA E NA INTERLOCUÇÃO COM OS AGENTES PÚBLICOS NÃO REGIONAIS**. Pois qualquer dúvida que eventualmente pairar sobre a **“ISENÇÃO”** OU SOBRE **“A REPRESENTAÇÃO DISFARÇADA DE INTERESSES DO PROGRAMA”** será este grupo social (não beneficiado imediatamente) que poderá atestar sobre seu enraizamento democrático.

As 4 Redes Básicas de Cooperação Técnica Descentralizada (3)

- 4) Rede de Gestores Públicos Municipais. Esta rede é da maior importância pois cabe a ela realizar – no sentido da dar realidade, efetivar, tornar efetivo – o território, a região. Seja no sentido da construção de parcerias, seja no sentido da conquista, pela luta coletiva, de mais verbas estaduais e federais para a região no enfrentamento de seus gargalos reais.

Demandas e Expectativas

- Como tentamos explicar no início da exposição, uma região não é um sujeito natural, mas artificial e mutável.
- Os gestores municipais e suas ações são alguns dos sujeitos que vão dar vida e plasticidade ao tal “Oeste”, que vão definir, no tempo, o que vai vir a ser este tal “Oeste Paranaense”.
- A AMOP é uma das instituições fundadoras deste projeto desde seu lançamento. Se é preciso ampliar a participação dos gestores públicos, no programa, então que isto seja feito. Há espaço para tanto. Mas é preciso avaliar bem se o espaço já existente está sendo bem ocupado. Por vezes, a demanda por mais espaço, é o outro lado de um espaço existente que ainda não foi totalmente ocupado. Há que se ver.

O que importa entender (ou, pelo menos me parece) é que

- 1) Todo o processo de construção de algo realmente importante é um processo dialético, tenso, complexo, cheio de idas e vindas (dialética é como abóbora de pescoço em carroça: só se arranja no sacolejo! Entende?)
- 2) O Oeste está passando por um momento histórico absolutamente ímpar, onde uma confluência extraordinária de forças estão contribuindo para o crescimento econômico, político e cultural de vocês. Isto vai da China (que continua com fome) ao Paraguai (que cresce espetacularmente), passando por mudanças de foco nas gestões de órgãos públicos (como Itaipu) e de entidades estaduais (como a FIEP) que passaram a dar mais atenção ao interior do Estado e a este eixo Oeste-Sudoeste. Como se diz na minha terra, o cavalo (e um bom cavalo) não passa encilhado duas vezes Com o perdão da gauderice....

E aqui me despeço

- Visitem nosso site www.territoriopaiva.com
- Temos também diagnósticos e consultorias sobre
- Bagé
- Gravataí
- Uruguaiana
- Rio Grande
- Foz do Iguaçu
- Dentre inúmeros outros gloriosos municípios gaúchos ou quase gaúchos